

AS RAÍZES RURAIS DA FEIRA DA SULANCA NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Annahid Burnett¹

Resumo

Esta é uma pesquisa sobre a formação socioantropológica do povo da Mesoregião do Agreste de Pernambuco que visa compreender as práticas socioeconômicas as quais instituíram a *Feira da Sulanca*². Verifica-se, então, que o desenvolvimento de tal fenômeno tem relação direta com as práticas agropastoris do pequeno agricultor familiar rural e com o mercado improvisado, temporário e itinerante das feiras livres, espaço emblemático das sociabilidades agrestinas. Como metodologia, lançamos mão das estratégias da história oral de vida.

Palavras-chave: costumes agropastoris, mercado improvisado, migrações sazonarias, trabalho familiar.

THE SULANCA FREE MARKET RURAL ROOTS IN THE AGRESTE REGION OF PERNAMBUCO STATE, NORTHEAST OF BRAZIL

Abstract

This is a research about the socio-anthropological formation of people from the Mesoregion of Agreste in Pernambuco state, northeast of Brazil which searches to comprehend the socioeconomics practices that allowed the *Sulanca* free market to emerge. Thus, we verify that the development of such phenomenon has direct relation to the rural practices of the small family farm production and with the improvised and temporary universe of their

¹ Graduação em Turismo (PUC PE); Especialização em Gestão e Análise Ambiental (UEPB); Mestrado em Sociologia Rural (UFPB); Doutorado em Ciências Sociais (UFCG). Profª Substituta de Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande, PB (UFCG). E-mail: aburnett8@hotmail.com

² Supostamente o vocábulo sulanca foi formado pela junção das palavras helanca, tecido sintético dos retalhos que vinham do Sul nos anos de 1960. Assim, sul+helanca=sulanca.

free markets, space of regional sociabilities. We used the oral history of life as methodological tool.

Key words: countryside customs, family work, improvised market, seasonal migrations.

1. INTRODUÇÃO

A *Feira da Sulanca* teve origem no Agreste de Pernambuco, uma região intermediária entre a Zona úmida do Litoral/Mata e o Sertão seco, e é por natureza diversificada, não é só caatinga e nem é só pecuária. Trata-se de uma região permeada de *brejos*, ilhas de umidade, microclimas que permitem culturas diversificadas, como: tomate, beterraba, cenoura, repolho, hortaliças de modo geral, flores, batata-doce, frutas e, também, café. Na descrição de Manuel Correia de Andrade (2005, p. 153), “o Agreste tem relevo movimentado e os brejos são frequentes”. Da mesma forma, encontramos um mercado de serviços na área de lazer, turismo, gastronomia, hospitalidade, devido ao clima ameno e ao artesanato diferenciado. A Mesorregião do Agreste de Pernambuco é composta de seis Microrregiões (IBGE, 2011). São elas: Alto Capibaribe; Médio Capibaribe; Vale do Ipojuca; Brejo Pernambucano; Garanhuns; Vale do Ipanema. A Microrregião do Alto Capibaribe compreende as cidades de Santa Cruz do Capibaribe; Taquaritinga do Norte; Toritama; Vertentes; Vertente do Lério; Santa Maria do Cambucá; Frei Miguelino; Surubim; Casinhas (IBGE, 2011). Geologicamente a Mesorregião do Agreste está situada sobre o Planalto da Borborema em altitude média entre 400 a 800 metros, também conhecido como Serra das Ruças³, é uma região montanhosa no interior do Nordeste brasileiro e se estende pelos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas (IBGE, 2011).

A presente pesquisa procurou investigar os *costumes* de base dos atores sociais da Mesorregião do Agreste de Pernambuco e para isso recorreremos aos estudos socioantropológicos os quais nos mostraram como a região foi colonizada através dos *caminhos das boiadas*, cujos percursos foram permeados de paradas as quais resultaram em *feiras livres* e posteriormente em vilas e cidades (Ribeiro, 1995). Observamos que o tripé de base das práticas socioeconômicas *costumeiras* possibilitou a instituição e desenvolvimento da *Feira da Sulanca*. Esses *costumes* são de

³Ruças é a grafia tradicional adotada pelo IBGE que, segundo o Aurélio, quer dizer névoa densa, neblina.

origem essencialmente rural, ligados à pequena propriedade da região, chamada de *sítio*, e ao trabalho agropastoril da família no seu domicílio. O mercado desse universo agropastoril é historicamente a *feira livre* para onde convergem os sítiantes e local improvisado para as sociabilidades da população rural agrestina. Portanto, a *Feira da Sulanca* tem relação direta com essas *leis costumeiras* da sociabilidade agrestina, de acordo com a teoria do historiador social britânico E. P. Thompson (1998).

O município de Santa Cruz do Capibaribe fica situado no limite com o estado da Paraíba e é uma extensão do território chamado de Cariris Velhos, zona de pluviosidade muito baixa, uma das áreas mais secas do Brasil. Pela região do Agreste passavam os caminhos das boiadas, dos currais, sempre margeando os rios até os mais remotos rincões dos sertões. Depois da expulsão dos membros da Companhia das Índias Ocidentais, na segunda metade do século XVII, a atividade pastoril no interior do Nordeste se intensificou, com o intuito de abastecer a zona canavieira com carne bovina e animais de tração para o engenho de cana de açúcar. A colonização do interior do Nordeste se deu principalmente através de doação de terras num sistema chamado de *Sesmaria*⁴, visto em Ferreira, (2001); Abreu (1975); Andrade (2005); Barbalho (1974) "aos que se fizessem mercedores do favor real" em Darcy Ribeiro (1995 p. 341), e assim se desenvolveu o *clientelismo* nos *costumes* dessa região.

Em tempos de estiagem prolongada era compulsório o deslocamento das boiadas em busca de pastos em outras plagas, *costume* denominado pelos moradores mais antigos da região de *retirada*. A *retirada* consistia em deslocar o rebanho, tarefa para os homens da família nuclear e de alguns parentes próximos, junto com algumas mulheres as quais se ocupariam em preparar a comida e das tarefas domésticas, no acampamento montado junto ao açude que iria proporcionar a sustentação dos animais. Então, a migração é um *elemento costumeiro*, nos termos de Thompson (1998), e verificamos que faz parte de duas estratégias diferenciadas para garantir a *reprodução social*, no sentido marxiano do termo (Marx,

⁴ A sesmaria como tipo de propriedade concedida em terras do Brasil era uma transladação do regime jurídico português. No reino fora disciplinada sua concessão com a Lei das Sesmarias, datada de 26 de maio de 1375, e baixada por D. Fernando. Seu objetivo era fazer progredir a agricultura, então abandonada como decorrência das lutas internas verificadas. À escassez dos gêneros correspondiam os altos preços dos poucos produzidos. Insuficientes os gêneros eram também inacessíveis à população. Daí a Lei das Sesmarias que trazia a finalidade de obrigar os proprietários a cultivarem e semearem as terras; e não o fazendo cederem parte a um agricultor para que realize lavoura. A sesmaria no Brasil se traduzia numa área quase sempre variável. Encontramos concessões de uma légua até 50 léguas ou mais, afirma Fenelon (1974).

1950): a migração por motivos climáticos e a migração para complementação da renda familiar. Sendo assim, esse mercado improvisado, temporário e itinerante das *feiras livres*, o trabalho familiar e domiciliar e as migrações, os quais são os pilares do fenômeno produtivo-comercial chamado *Feira da Sulanca*, estão na base dos *costumes* do povo agrestino. Vamos, então, tentar analisar cada um desses pilares mais detalhadamente.

2. O TRABALHO NO SÍTIO E AS MIGRAÇÕES

A respeito do trabalho familiar rural, Hughes Lamarche (1993), pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS - França, na sua obra *A Agricultura Familiar – Comparação Internacional*, na qual publica trabalhos do mundo inteiro sobre o assunto, observa que em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre assegurada por grupos familiares, ou seja, por espaços produtivos nos quais a família participa na produção. O autor entende como produção familiar a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da propriedade engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da propriedade da terra. Diferentemente da maioria dos setores de produção, a agricultura cobre grupos sociais limitados que têm em comum a associação estreita entre família e produção e se diferenciam dos outros pela sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los.

Mas, qual seria a definição do agricultor familiar? “Aquele que cultiva sua terra (própria ou arrendada) com ajuda de sua família, contratando mão de obra externa apenas para complementar o trabalho familiar (como para a colheita)”, assim o define a pesquisadora Ghislaine Duqué (2006, p. 84). A autora justifica que este conceito recobre categorias diversas, desde o pequeno agricultor com seu roçado de subsistência até o empresário familiar integrado no mercado, se a lógica de seu negócio for familiar. A lógica familiar se opõe à lógica capitalista na medida em que a propriedade é considerada não como um capital a explorar, mas como um patrimônio familiar e a mão de obra familiar não é considerada como aquela que visa lucros, mas como colaboradores que vão assumir o patrimônio da terra como herança mais tarde. A pesquisadora argumenta que mais da metade das pequenas propriedades familiares do semiárido têm menos de 5 hectares,

devido também a divisões de terras herdadas, insuficientes para sobreviver com dignidade. O agricultor familiar visa acima de tudo a segurança alimentar da família e sua autonomia, por isso planta “de tudo um pouco”: roçado de feijão, milho e macaxeira; pomar de frutas da região; horta com couve, coentro, cebolinha e algumas ervas medicinais; cria galinhas para carne e ovos; cria vaca e cabra que fornecem o leite para os filhos e com o qual a esposa faz o queijo para a família e vende o excedente na *feira livre*. Verificamos aqui o tipo de racionalidade produtiva da família no *sítio* que foi transferida para a cidade e absorvida nas atividades da *Sulanca*. Na observação de Alana Souza (2012, p. 111), a unidade produtiva da *sulanca* “precisa ser entendida muito mais do que uma forma de organização específica da produção, mas também como um conjunto de valores e representações sobre família e negócio que por sua vez estão ligados à experiência do trabalho familiar no mundo rural”.

Nesta mesma perspectiva, a tese de doutorado de Tereza Sales (1982), intitulada o *Agreste de Pernambuco e suas transformações recentes na agricultura*, observa que as condições de reprodução do agricultor agrestino estão relacionadas a dois fatores básicos: a possibilidade de dispor de um terreno próprio onde possa manter o seu *sítio* e sua produção familiar, ou sua inserção nas grandes e médias propriedades na qualidade de *parceiro*, *rendeiro* ou *morador*. Em todos os casos, o recurso ao assalariamento temporário para complementar o nível de subsistência da família sempre foi um recurso utilizado pela maioria dos agricultores, seja dentro da própria região do Agreste, seja migrando para o corte de cana nos canaviais da Zona da Mata. Observamos, então, que a migração com o objetivo de complementação da renda familiar para assegurar a *reprodução social*, continua sendo uma estratégia recorrente na realidade agrestina contemporânea.

Na sua pesquisa *Migrações Sazonais do Nordeste*, Tereza Sales (1982) aponta a existência de uma migração histórica dos trabalhadores rurais, principalmente do Agreste Setentrional, para trabalhar na zona canavieira na época da safra. Essa força de trabalho de reserva era denominada de *corumba*. Supostamente essa tradição teria se iniciado com a abolição dos escravos, que era a mão de obra da Zona da Mata canavieira. Com a extinção da escravatura, instituiu-se uma nova categoria: a do *morador* nos engenhos. No tempo do corte da cana, os engenhos precisavam de mão de obra extra, que era arregimentada pelo *empreiteiro*, nova categoria no lugar do *feitor*, o qual selecionava, organizava e controlava os trabalhadores temporários que migravam do Agreste,

geralmente a pé. Ao chegar às cidades da Zona da Mata canavieira, eles se dispunham na rua para serem selecionados pelo *empreiteiro* que agenciava tudo. Para entender melhor como funcionava esse intercâmbio entre o Agreste e a Zona da Mata, precisamos detalhar as estações e as lavouras nelas contidas.

O trabalhador migrante sazonal proveniente do Agreste se deslocava na época da “moagem” da cana, da sua lavoura própria ou arrendada, para trabalhar nos canaviais como trabalhador assalariado, alugado. É uma época que coincide com o verão do Agreste, quando já havia sido feita a principal colheita dos roçados dos rendeiros e pequenos proprietários. As principais lavouras do Agreste são de caráter temporário, são plantadas no início do “inverno”, ou seja, da estação das chuvas, que se inicia exatamente ao dia 21 de março, oficialmente o início do outono no hemisfério Sul, ou dia de São José para o lavrador, 19 de março, se estendendo até agosto. As lavouras temporárias ou “de sequeiro”, como por exemplo, o milho e o feijão têm que ser plantadas em março para se colher milho verde para a pamonha e a canjica no mês de junho, período das festas de São João. O restante do milho fica no pé para ser colhido depois de secar e transformado em ração para os animais. O milho é plantado em consórcio com o feijão e com o algodão e depois da colheita serve de pasto para o gado, é a chamada *renda pela palha*, quando da terra arrendada - o proprietário cede um pedaço de terra ao lavrador, *rendeiro*, que limpa a terra e cultiva a lavoura e depois da colheita deixa a palha para o gado pastar. Depois da colheita, o agricultor deixava a terra para ser cuidada pela família e se deslocava, em setembro, geralmente a pé, de trem quando tinha algum dinheiro para o deslocamento, em direção ao canavial, onde ficava até dezembro, quando trazia o dinheiro para a festa da família, ou então até as trovoadas de janeiro, sinal que já era hora de preparar a terra para *botar roçado*. Essa migração para o “sul”, como se refere o agrestino dos sítios ao contexto dos canaviais da Zona da Mata, estudado por Sales (1982) foi sempre uma garantia de renda durante o “verão”, ou seja, o período de estiagem no Agreste, que vai de setembro até fevereiro, exatamente seis meses, metade do ano. Alguns agrestinos solteiros terminavam casando com moças do “sul” e lá ficando.

Outro *costume* antigo no Agreste rural era o de “vender na folha”, uma transação entre o comerciante e o pequeno produtor, também pesquisado por Sales (1982). Era o *costume* que fazia o comerciante adiantar certa quantia em dinheiro como empréstimo para que o lavrador pudesse “botar seu roçado”, ou seja, organizar o processo produtivo: comprar semente, adubo, uma espécie de

empréstimo de custeio, o que significava uma venda antecipada da produção, que em geral resulta em prejuízo para o agricultor. Esses *recursos costumeiros* do *sítio* foram também transferidos para as transações comerciais e produtivas da *Feira da Sulanca*, nas formas de matéria-prima e meios de produção, como tecidos, aviamentos, máquinas de costura, que os comerciantes custeiam para as costureiras no intuito que elas possam produzir para eles.

O que observamos nos arranjos produtivos da *Sulanca* é que esses núcleos familiares de produção agropastoril se transferiram para a zona urbana, assumindo uma atividade que não depende das intempéries climáticas, ou seja, costura e retalhos, e, portanto, se encontram fora do alcance da estiagem, porém continuam mantendo suas características de produção familiar e domiciliar, como outrora na produção agropastoril, funcionando no mesmo mercado, a *feira livre*, no entanto, muito mais ampliado, resultado do trabalho dos *sulanqueiros*, verdadeiros *mascates de sulanca*, categoria encontrada em Alana Moraes de Souza (2012); Glauce Campelo (1983) e Sandra Alves Silva (2009) e validada em nossa pesquisa de campo, através das entrevistas com os protagonistas, os quais viajavam como *feirantes itinerantes* e voltavam trazendo a nova clientela com eles, como foi observado em Burnett (2013). Apesar de urbanizados, eles continuam mantendo sua ligação com a zona rural, o *sítio*, mas atuam inserindo na cadeia de produção os que lá ficaram, permitindo que eles possam complementar a renda do *sítio* e possam continuar mantendo a terra geralmente herdada dos seus ancestrais. Dessa forma, as migrações passaram de nacionais para locais, regionais, num movimento rural-urbano, evitando um deslocamento maior e uma ausência mais prolongada de seus atores sociais, podendo assim assegurar a *reprodução social* e a manutenção das terras ancestrais. Finalmente, eles instituíram uma atividade que lhes permite permanecer na região.

Para melhor compreensão das relações socioeconômicas que estabeleceram os *costumes* dos habitantes da região do Agreste pernambucano, precisamos analisar alguns elementos-chaves da vida cotidiana que garantem a *reprodução social* e do cenário onde eles são reproduzidos. Percebemos que o elemento essencial, o qual propiciou a instituição da *Feira da Sulanca* foi a prática das *feiras livres*, *costume* emblemático da região agrestina.

3. AS FEIRAS LIVRES: PRÁTICAS EMBLEMÁTICAS DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

No Brasil, as *feiras* balizaram importantes linhas de fluxo de transporte, que mais tarde vieram a orientar traçados básicos dos planos brasileiros de viação. Feira de Santana, por exemplo, na Bahia, Juazeiro e Paulo Afonso, e várias outras cidades nordestinas, têm *feiras* típicas de interesse local e turístico marcante. Campina Grande na Paraíba e Caruaru em Pernambuco surgiram de *feiras* oriundas da passagem de viajantes entre o Litoral e o Sertão. Paragens para tropeiros, mascates e tangerinos, no Agreste nordestino, região intermediária do Litoral úmido para o Sertão seco.

Mas, como foi que tudo começou no Agreste de Pernambuco? “No começo, simples rancho para pernoite das boiadas vindas do sertão bruto... Foi a origem...”, assim se inicia o romance épico do mais ilustre dos escritores caruaruenses – José Condé (2011, p. 25) – um clássico da literatura nordestina. No entanto, os estudos antropológicos do pesquisador Josué Ferreira (2001) ratificam essa origem. Segundo o autor, o caminho pelo rio Ipojuca foi o segundo roteiro do gado que se instituiu já no século XVIII, como alternativa para o primeiro roteiro estabelecido no século XVII, pelo rio São Francisco. Ferreira apresenta três motivos para o processo de urbanização de Caruaru: a localização geográfica da Fazenda com seus currais próximos à ribeira do Ipojuca; o caminho das boiadas, tendo como posto de apoio e pernoite a Fazenda; e, o que ele considera como elemento mais forte: a construção da Capela. Pelo seu ponto estratégico, a Fazenda Caruru, durante o século XVIII, servia de paragem para os que usavam o roteiro das boiadas do litoral/sertão. Porém, com a construção da Capela, no fim do século XVIII, vimos, no século XIX, o aumento da população, o crescimento e desenvolvimento do povoado. Ora, depois de Bezerros, aquela Capela era o único lugar para atos religiosos e, por este motivo, ponto de convergência de toda a população da região. Quando da presença do vigário, todos tinham que aproveitar para, além de assistir a missa, realizar os casamentos, batizados, encontrar os amigos e parentes. Aproveitando o aglomerado de pessoas, muitos traziam seus produtos agrícolas para vender ou trocar. O mascate, de passagem, instalava-se no local com suas novidades. Com o aumento do movimento de pessoas, esses encontros, com o tempo, tornaram-se semanais, as transações comerciais, mais diversificadas e as relações foram se metamorfoseando. As relações sociais daí derivadas foram se

tornando permanentes e as pessoas foram se fixando ao redor da Capela e transformando o povoado numa cidade.

Thompson (1998) explica que os atores sociais da Inglaterra rural do século XVIII tinham o *costume* de exercer suas relações econômicas e sociais através de mercados nos quais eles faziam trocas diretas de produtos primários. Para o autor (1998, p.44), “essas *feiras* não só propiciavam um nexo econômico, mas também um nexo cultural, além de um grande centro para informações e troca de novidades e boatos”.

Por sua vez, de acordo com Romenyck Barbosa da Silva, na sua monografia *Fios, Nós, Redes e Malhas: A Feira de Santa Cruz do Capibaribe* (2012), os registros históricos apontam o surgimento da *Feira* de Santa Cruz posterior à *Feira* de Caruaru. Sua *feira livre* se desenvolveu através de diversos produtos em forma de escambo, ou seja, através de trocas e permutas. Surgiram, então, na primeira metade do século XX, pequenas bodegas (secos e molhados) e a fabricação de alpercatas artesanais de couro, atividade que foi substituída pela *sulanca* a partir da década de 1940. Com o desenvolvimento desse comércio, a Vila teve sua emancipação política em 1953. O movimento em direção à utilização de retalhos para confecção de colchas começou com retalhos trazidos das fábricas têxteis de Recife e Olinda, pelos membros das famílias mais tradicionais de Santa Cruz, na década de 1940 e, trocadas por galinhas, ovos, queijos, com os chamados “gáioleiros”, de acordo com Barbosa da Silva (2012), e “galinheiros”, de acordo com Elaine Bezerra (2011), que levavam as cobertas para comércio no sertão. Posteriormente, as costureiras levavam as colchas para vender no chão das calçadas. Na década de 1950, esse movimento se ampliou e tomou proporções nacionais com os retalhos trazidos do centro industrial de São Paulo, dando início a uma pequena *feira*. Todo esse movimento estabeleceu uma *rede nacional de parentesco e amizades* em todas as etapas de produção e comércio dessas confecções a partir dos retalhos.

Diríamos, então, que as *feiras livres* são uma espécie de nicho de acolhimento dos atores sociais de origem agropastoril no cenário laboral urbano, mas, também, espaços de expressão cultural e social desses atores. Assim se expressa Elizângela, *sulanqueira* de produtos para embalagens: “A *Sulanca* é uma *feira* que acolhe” (entrevista concedida à autora em 22 de outubro de 2012). Como também, Gildo, *sulanqueiro* de roupa infantil feminina: “A *Sulanca* é como um alimento, quem conhece não quer sair. Ela é muito atrativa” (entrevista concedida à autora em 22 de outubro de 2012).

4. METODOLOGIA

Como metodologia, recorreremos a estratégias de pesquisa baseadas centralmente na história oral de vida dos atores sociais que compõem este complexo comercial/produtivo. A partir do relato oral (depoimentos e entrevistas individuais livres), foi possível chegar aos valores inerentes aos *sistemas sociais* em que vivem esses *atores sociais*. Aspectos importantes da comunidade, comportamentos, valores e *costumes*, podem ser detectados através da história de cada protagonista.

De acordo com Bom Meihy (2005), a história oral é um recurso moderno usado na elaboração de documentos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. A história oral de vida corresponde à narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa. As histórias de vida têm sido usadas com a intenção de entender a sociedade nos seus aspectos íntimos e pessoais. A história oral como metodologia de trabalho científico tem sido usada na academia brasileira como herança da tradição anglo-saxã. Paul Thompson (2000), sociólogo e historiador social britânico, utiliza esta reflexão como método para sua pesquisa científica - o *sujeito social*, o colaborador, tem mais liberdade para narrar sua experiência pessoal. As perguntas servem simplesmente como indicativo, colocadas de forma ampla dando maior liberdade ao *sujeito* para dissertar. Para conduzir as entrevistas das histórias orais de vida dos protagonistas da *sulanca*, utilizamos uma espécie de “linha do tempo” possibilitando aos entrevistados “mergulhar” nas histórias de vida dos seus ancestrais do *sítio*, na *experiência* herdada e narrar o envolvimento com as atividades da *sulanca*.

5. FONTES ORAIS

Transcreveremos doravante algumas histórias de vida provenientes da nossa pesquisa de campo, seguidas de suas respectivas análises. Uma narrativa muito pertinente ao movimento migratório dos *sitiantes* do Agreste, para trabalhar nos canaviais da Zona da Mata Sul, na época da moagem de cana, categoria denominada de corumba, foi a de José Pedro de Azevedo em 17 de janeiro de 2013.

O “sul” não tem futuro não

“Eu nasci em 1952 no *sítio* Tabocas
[região de brejo, não é caatinga] com meus
pais, sete irmãos, seis homens e uma mulher,

no município de Altinho. O sítio era do meu pai, plantava milho, feijão, mandioca, café, abacaxi, laranja. Era um sítio completo, vendia o café, batia às vezes dez sacas e vendia na feira livre de Caruaru. Zé Vitor era o comprador de café e vendia na Feira de Caruaru. A gente vendia pra comer, carne, açúcar, vendia o abacate, vendia a banana, a laranja. Aí o milho e o feijão era pro gasto. O feijão era só pra nós comer, tirar o ano, né? Botar o milhinho de molho, depois relava e fazia o xerém, fazia o pão de milho relado no ralo.

Nós ia capinar o mato, minha irmã ia trabalhar com a minha mãe, apanhar café, na casa. O sítio era bom, dava pra sustentar a família. Aí depois a gente foi crescendo, um foi embora pra São Paulo. Mãe criava umas cabrinhas pra tirar o leite e fazer uma papinha. Nós criava umas galinha, aí pegava aqueles ovinho, cozinhava pra nós comer com um feijãozinho, fazer um pirãozinho pra ir trabalhar, capinar o mato.

Quando a gente ficou de maior, foi trabalhar fora. Cada um foi pros seus canto, casaram, foram pra São Paulo. Eu tenho quatro irmãos em São Paulo que foram em 60. Eu casei com 16 anos, fiquei trabalhando pra eu, fiz meu roçadinho fora, no terreno de pai, outro em Gado Bravo [também região de brejo], tinha dois hectares. Pai ficou em Tabocas e eu fui pra lá.

Aí, depois eu disse: agora eu vou trabalhar no “sul”. Preparei meu roçado, tava precisando pra comprar roupa. Aí, eu lucrava a lavoura, quando era em setembro, aí eu ia pro “sul” trabalhar. Aí, deixava a lavoura toda colhidinha, o milho no saco lá, ensacadinha, agora eu vou trabalhar, eu não gosto de ficar parado. Aí, eu disse: fica aí que vou arrumar o dinheirinho da carne da gente.

Aí, ia pro “sul”, passava quinze dias, aí vinha em casa. Pegava o saco de gato [matulão], bota nas costa com uma enxada véia dentro sem cabo, chega vamo lá cortar um pau daquela mata lá num domingo. Eu ia de caminhão, tinha um caminhão lá de Alagoas pegando gente pelos sítios. Aí, dos sítios ele vinha pra rua. Aí pegava, quem vai?

Aí, no domingo nós juntava aquela turma, 7, 8 pessoas, vamo s'imbora, aí saía com aquele saco nas costas, só pra trabaia e pra arrumar alguma coisa mermo, o "sul" não tem futuro não.

Trabaiava lá um mês, 15 dias, na Usina Peixe, na Usina Nova Alegria em Alagoas. Era um caminhão de carregar cana mesmo, que vinha buscar a gente. Saía daqui bem cedo, de 8h, chegava lá 4h da tarde, é longe. Lá tinha a barraca de madeira de taipa e tinha um galpão grande que tinha 60 home dentro, feito de madeira e coberto de sapé, uma palha que tem no "sul" que não passa água de jeito nenhum.

Cada um fazia um foguinho no chão, botava umas peda, botava a panelinha pra cozinhar aquilo ali, fazia um 40 – bota a água pra ferver com sal já, quando tá fervendo vai despejando a fuba de pouquinho, aí vai mexendo assim, mexendo, mexendo, aí ela grola e fica mermo feito um pão de milho, ela fica sequinha, bem boa pra comer. Aí a gente come com café, charque ou sardinha de noite. Dormia na rede 30, 40 rede amarrada em carreira. Cada dono de sua rede tinha seu foguinho. Pendurava seu saco numa linha, a cordinha no saco com as roupa separadinha num canto. Pendurava o saco da feira encostado, mas era de lado, mode os rato num cumer. No sábado nós lavava as roupa, ia pro rio, lá mesmo lavava a roupa, sapecava lá. Botava três pedra pra cozinhar feijão na panelinha, cortava lenha, na mata, quando era 5h da manhã, vamo s'imbora, deixava o feijão cozinhando, depois o fogo se apagava. Quando chegava completava de cozinhar e comia depois das 3h, 4h, quando a gente chegava do serviço.

A gente saía às 5h, às vezes 4h da madrugada, fazia um cafezinho numa latinha de óleo, furava de um lado pro outro assim, botava um pau e pendurava ele no fogo, enchia de café, tomava um gole de café e partia, vamo s'imbora. Naquele tempo era ruim mermo. Nós chegava 3h da tarde, cortando cana, nós chupava uma caninha por lá.

Quando o carro vinha medir a cana da gente, só chegava de meio-dia pra tarde, pra medir a cana de meio mundo de gente, é por tonelada. Cortar a cana, é 20 pedaço de cana num feixo, aí cortava dez feixo de cana, dava 10 kg. Aí nós cortava 100 mói, dava mil kilo, uma tonelada, nove mói de cana deitado e um em pé, amarradinho. Quando o carro da palha vinha, contava as tuia. Duas, três toneladas de cana todo dia.

Nós comprava no barracão do engenho, pagava com gabão, um pedacinho de papelzinho assim, com um numuzinho. Valendo dez conto, dois conto. Quando nós recebia descontava. Tem vez que eu passei três mês, eu nunca gostei de tá parado. E sábado e domingo ia trabaia. No domingo eu ganhava dobrado, aí eu cortava aquela cana todinha. A tonelada naquele tempo parece que era dois conto e cinquenta nos anos 70, 73, 74. Aqui chegava por a festa, aí chegava alegre em casa, nera? Saía daqui em setembro e chegava na festa, chegava com um dinheirinho, comprava uma roupinha pra mulher, comprava uma galinha gorda pra a gente comer, era uma festa. Aí eu não ia mais, não, sabe, ia preparar o meu roçado. Todo ano eu fazia isso. Os carro da usina trazia a gente de volta, nós trazia madeira, eles dava intê madeira pra fazer casa. Nós ia tirar madeira na mata. Quem quer tirar madeira na mata pode tirar. Tirava caibo, linha e trazia, era bom. A vida do agricultor é assim mesmo...” (José Pedro de Azevedo)

Relato detalhado sobre a categoria *corumba*, estudada por Tereza Sales (1982). A história mostra claramente a situação do *trabalhador clandestino* do Agreste nos canaviais na década de 1970, durante a *Revolução Verde*, quando foram implantadas a agricultura industrial e a pecuária racionalizada, através da capitalização dessas atividades pelo governo, apesar de manter métodos de trabalho rudimentares e não mecanizados.

A dissertação de mestrado de Burnett (2008) observa que a *Revolução Verde* foi o termo usado para definir o movimento com objetivo de aumentar a produção agrícola através da mecanização, fertilizantes, pesticidas, irrigação, melhoramento de sementes,

aumento dos campos cultivados com o propósito de eliminar a fome mundial do pós-guerra. As instituições agrícolas brasileiras acompanharam o modelo americano de modernização da tecnologia rural baseada na *Revolução Verde*. A prioridade institucional da difusão tecnológica, acoplada à montagem do aparato estatal de assistência técnica e extensão rural é clara no Brasil até, pelo menos, meados da década de 1970. Somente a partir de 1973, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, o governo federal decide investir maciçamente e organizar em escala nacional o seu sistema de pesquisa agropecuária. A partir daí, as diretrizes principais de atuação do Estado, formulando o que se poderia definir como política tecnológica para o setor rural, estabelecem-se por intermédio dessas agências de geração e difusão de tecnologia.

O processo de expulsão, pelos patrões, dos trabalhadores residentes nos engenhos da Zona da Mata do Nordeste foi objeto de estudo da pesquisadora Lygia Sigaud (1979). A partir do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, e do Estatuto da Terra, 1964, os patrões argumentaram que não podiam mais manter a maior parte dos moradores. Por outro lado, os sindicatos alegaram que as expulsões representavam a sonegação dos direitos. De acordo com a pesquisadora esta situação produziu dois tipos de trabalhadores: os “fichados”, com contrato e “com direitos” e os “clandestinos”, sem direitos. Esta situação estabeleceu uma relação peculiar entre os *empreiteiros* e, os trabalhadores “clandestinos”, antigos moradores, os quais passaram a morar nas “pontas de rua” das pequenas cidades canavieiras.

As migrações dos trabalhadores rurais nordestinos foram também estudadas pelo professor e pesquisador Afrânio Garcia Jr. (1989), através de abordagens alternativas, as quais complementam as interpretações sobre os fluxos migratórios de áreas rurais para áreas industrializadas. O autor argumenta que enquanto alguns trabalhadores se tornaram operários de fábricas no Sudeste, outros conseguiram manter sua condição camponesa porque foram inseridos temporariamente no setor industrial.

Na narrativa ficam evidenciadas as estratégias do pequeno agricultor para manter seu *sítio* por meio das *migrações sazonarias*. Observa-se o quanto esse elemento da mobilidade se encontrava incorporado no cotidiano da vida dos pequenos agricultores da região. As áreas de Tabocas e Gado Bravo são de *brejo*, possibilitando a fruticultura e o cultivo de café de sombra, aproveitando as matas remanescentes ou as fruteiras. O mercado para escoar a produção agrícola dos *brejos* do Agreste continua

sendo a tradicional *Feira de Caruaru*. O *sítio* familiar continua na família até hoje e os irmãos seguem “botando o roçado”. Mesmo se tratando de um minifúndio numa região mais úmida, permitindo assim culturas perenes, como a fruticultura e a cafeicultura, o agricultor, ainda assim, precisava ir para o “sul” para complementar a renda da família no *verão*.

Acreditamos que o termo “sul” tenha sido supostamente derivado da Região da Zona da Mata Sul de Pernambuco, onde se encontrava o maior aglomerado de usinas de açúcar do estado.

Outro relato muito importante que nos permite confirmar as raízes rurais da *sulanca* é a de Maria Cristina da Cunha em 6 de janeiro de 2013.

A gente se criou assim, nesse sacrifício

“Eu trabalho na roça, assim, no sítio, né? Eu nasci no ano de 40, no sítio Serra dos Bois [região muito seca de caatinga], distrito de Taquaritinga do Norte. A lida da gente só era com a casa [se referindo a ela e a irmã quando crianças], pra fazer comida, e mamãe no roçado. Assim, plantava o milho, o feijão, o algodão, a mandioca, essas coisa assim, sabe, quando começa o inverno. Depois começou a dar um negócio de um bicudo, tu sabe, aí chupava a maçã do algodão, aí ele adoecia e caía. De primeiro, logo, quando a gente era novinho, tinha muito algodão, num sabe, que mamãe ia muito apanhar algodão e trazia na casca pra a gente tirar dentro de casa, sabe? A gente só tinha o trabalho mais na casa, né? Assim, mamãe no roçado, não sabe, quando a gente era pequeno, eu e minha irmã. Eu era a mais nova e minha irmã é a mais velha e mamãe deixava a gente cozinhando a comida, né, pra quando ela chegar mais papai comer, né? A gente era muito pequena, não podia com enxada, não. Porque eles limpava mato. Os meninos fazia calvão, na mata dum home que chama Lagedo. Depois eles se revoltaram com a vida e começaram indo embora.

Me lembro que uma vez a gente foi buscar água numa cacimba, era uma meia légua ou mais [1 légua corresponde a mais ou menos 6km]. Chegava lá, num corredor assim, aí tinha bem muito animal, com

aquelas cangalhas, com as caçambas de lata, esperando aquela água, naquela cacimba, num sabe? E às vezes a gente chegava, aquela água barrenta, mas a gente botava xerém no fogo, num tinha outra água, né? Aí tinha que botar.

Meus irmãos iam trabalhar num canto chamado Lagedo, cortar mato pra fazer calvão. Fica mais ou menos uma légua ou mais.

Eu tenho um bocado de família no "sul", eu tenho um bocado de primo que foram s'imbora pro "sul", pra São Vicente Ferrer, pra Usina Aliança. Aí, depois, casaram com gente de lá e lá ficaram morando. É a família de um tio meu, irmão de papai.

Os meninos iam pro Lagedo, na fazenda de seu Aguielo. Eles cortam a madeira, depois cava um buraco, depois pica a madeira e imala bem imaladinha e cobre com capim e depois cobre com terra, aí toca fogo. Aí ela passa 3, 4 dias queimando, sabe, e aí pode descobrir que é o calvão pra queimar. Seu Aguielo vendia a madeira, aí tinha os caminhão pra pegar o calvão pra vender. E também os caminhão vinha buscar pras usinas, pra forno e tal, essas coisas.

Aqui, a gente se criou assim, nesse sacrifício. O roçado era só no inverno. No verão era só o calvão ou quando lucrava muito tinha que quebrar o milho pra botar em depósito, né? A minha mãe fazia coberta, ela gostava de fazer coberta porque ela não sabia fazer roupa. Eu cortava o tecido, aí ficava muito retalho, aí ela fazia na máquina. Ia pra feira, sabe, na feira era o que a gente mais vendia, pra esse povo pobre do meio do mundo, porque tem muita favela, nos canto, o povo era pobre, né? Os home comprava muito, aqueles fardo de coberta, sabe, pra levar pra longe, muito lugar, Pará, Maranhão, Ceará, esses mundo, porque vem muito ônibus. Tanto vendia no chão como vendia nos banco, sabe? No banco a gente pode cobrir com a lona, num leva sol, nem leva chuva. Na feira do chão é muito ruim, porque leva sol e chuva, aí ninguém pode botar.

Eu mesmo não costurava, porque eu cortava pras costureira, sabe? Eu fazia

assim: eu passava as coisa tudo na tatuzinha, porque a tatuzinha, ela acaba, né? Faz o acabamento. É uma máquina, ela é quase como industrial, sabe? A tatuzinha foi a primeira máquina que apareceu em Santa Cruz, depois começou a aparecer tanta qualidade que a gente não sabe nem dos nome, tem um home que vai buscar longe, no exterior, máquina pra bordar, pra tudo quanto é de coisa, elas fazem um trabalho que a gente fica boba.

Eu fazia sempre assim, saia, short, pra mulher, fazia essas coisas assim, umas saias cheia de babado que mais parecia umas baiana. Agora a gente fazia em quantidade. As feira nessa época era muito boa, vendia qualquer coisa, agora não, tem que ter qualidade. Tinha muita gente de fora, tinha vez que ficava entupida de comprador. Mas, aí o povo começaram fabricando fora, e aí aquilo caiu muito. Como diz a estória, a pessoa fabricando a despesa é menos. A minha mãe [a mãe dela é viva e tem 99 anos] pra fazer as cobertas usava a máquina Singer de pé.

A pessoa fazia um molde pra mim, pelo molde qualquer pessoa corta, assenta assim na peça de tecido, comprava peça de tecido em Santa Cruz, que é a fonte, tem peça de tudo quanto é de coisa, tudo que é malha. Só tinha uma costureira que costurava aqui em casa, as outra tudo carregava pra casa, sabe, elas mandavam os filhos vim buscar a roupa já cortada e entregar. Tinha mulher que tinha filho pequeno e tinha que costurar e tomar conta de casa.

A gente enchia o carro de mercadoria e ia s'imbora pra feira. A gente saía às 3 horas da madrugada. Tinha vez, quando amanhecia o dia, nessa época, a gente já amanhecia o dia sem nenhuma peça. Só era comprar tecido e voltar de novo. Mas, aí mudou muito, né? Aí começou a encher todo mundo e aí foi afracando.

Eu pagava [as costureiras] por peça, tinha peça fraquinha que era dez centavos, sabe, vinte centavos. A gente vendia de hum real, dois reais, sabe? Dava pra cobrir as despesas e aí depois foi

fracando porque todo mundo só era o que... não tinha emprego, aí o povo, como diz a estória, se virava tudo para a sulanca. Mas, com o Polo [Moda Center de Sta Cruz], eu parei, é longe da rua [centro da cidade] e é uns canto muito esquisito, sabe? Eu já tinha me aposentado, e meu irmão que mora no Rio, ele é bem de vida, aí ele disse: "deixe que eu ajudo no que faltar".

O gado era solto e o leite a gente fazia queijo e tem gente que compra aqui na porta pra vender na feira. O feijão quando lucrava muito a gente batia, fazia aqueles saco e vendia em grosso pra outra pessoa revender na feira. A gente tirava a ração do roçado. Se não tivesse palma a gente soltava o gado pra comer a palha. Agora na seca, os menino tão indo buscar cardero [mandacaru], vão arrancar macambira [tipo de bromélia da caatinga] e queimar [eles queimam por causa dos espinhos], pra trazer a cabeça, pra moer na máquina e traz um capim seco lá da Gameleira [Alcantil, PB]." (Maria Cristina da Cunha)

O município de Taquaritinga do Norte é um exemplo típico da diversidade do Agreste. Conhecida como a *Dália da Serra*, a sede do município fica num *brejo* de altitude de quase 800m. No *brejo* eles cultivam café orgânico com uma cotação muito boa no mercado internacional. Esse café foi classificado como café *frevo*, de excelente qualidade para exportação, na bolsa de comércio de café em São Paulo⁵. Pelo seu clima ameno, foi inserido no *Circuito do Frio* promovido pelos órgãos de Turismo do Estado durante o inverno. Na sua parte mais alta, de quase mil metros, dispõe de uma rampa para saltar de Asa Delta, a Serra do Pepe, motivo para diversos encontros regionais e nacionais do referido esporte. O município também oferece um Hotel Fazenda, onde os hóspedes podem participar das atividades diárias de uma típica fazenda agrestina, como tirar leite no curral, cavalgar, passear de charrete, apanhar os ovos no galinheiro, entre outras. Além disso, esse *brejo* é o fornecedor de água em carros-pipa para as lavanderias de fabricação de *jeans* em Toritama, além de fornecer água também para a população das partes mais secas, como o *sítio* Serra dos Bois

⁵ Fonte: Reportagem do Globo Rural em 8 de novembro de 2009.

da entrevistada. Na parte baixa temos Pão de Açúcar, na entrada de Santa Cruz do Capibaribe, parte integrante do dinamismo da *Sulanca*, distrito que cresceu mais do que a sede, por conta dessa produção. O *sítio* Serra dos Bois fica numa parte extremamente seca de caatinga, já perto do limite com a Paraíba, fazendo parte do território dos Cariris Velhos, com solos rasos, onde aflora o cristalino, ou seja, os solos são pedregosos e impróprios à agricultura. Nos *sítios*, tradicionalmente, os agricultores desenvolvem uma pecuária bovina, com o boi solto. Nos baixios, onde se encontram as terras um pouco mais férteis, são cultivados os roçados.

A narrativa acima compreende os elementos da vida do *sítio* familiar, a *morada da vida*, conceito desenvolvido por Beatriz Heredia (1979), que compreende os aspectos de vida existentes nos *sítios* dos pequenos agricultores, o modo de vida camponês. O trabalho em família, do grupo doméstico, que se estende ao domicílio, a colheita que é trazida para ser tratada em casa. As atividades de “inverno”, ligadas ao roçado para todos, homens e mulheres, do grupo doméstico, e as atividades de “verão”, o carvão, só para os homens da família nuclear, e a produção de *sulanca*, só para as mulheres e crianças da família nuclear, evidenciando, assim, uma divisão sexual do trabalho familiar. Confirmamos que a produção de *sulanca* na sua origem tem uma ligação muito forte com a pobreza, ou seja, era uma produção dos pobres para os outros pobres, sem nenhuma preocupação com a qualidade, muito pelo contrário, só se levava em conta a quantidade da produção artesanal e improvisada para que o preço pudesse ser baixo e acessível ao comprador pobre. Na realidade as primeiras *costureiras* não eram *costureiras* profissionais, elas eram *costureiras* domésticas que procuravam obter uma renda complementar ao *sítio*.

Observamos também neste relato a problemática da estiagem e a migração da maioria dos membros do grupo doméstico como também da família extensa para outras regiões, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Outros componentes da família não nuclear fizeram uma opção pela zona canavieira, o “sul”. O declínio da cultura do algodão e a praga do *bicudo* também são mencionados.

O depoimento nos mostra, da mesma forma, a evidência da sofisticação crescente da *feira*, resultando na exclusão dos menos preparados, menos qualificados. Essa situação os levou a lançar mão da ajuda dos mais abastados do grupo doméstico, que foram bem sucedidos longe de casa, mas que mantêm os laços familiares. Finalmente, comprovamos, através desta história de vida, os três pilares de sustentação da *sulanca*: o trabalho familiar e domiciliar,

que concilia atividades agrícolas com a produção de costura; o *sítio*, enquanto espaço unitário de estruturação da vida familiar e de articulação entre esses dois tipos de atividade produtiva; as migrações por motivos climáticos e para complementação de renda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos os componentes *costumeiros* que compõem os pilares de sustentação do fenômeno produtivo comercial denominado *Feira da Sulanca*, o qual se instituiu no Agreste de Pernambuco a partir dos anos 1950. Demonstramos que o referido aglomerado tem como base os *costumes* de origem rural daquela região – o *sítio* como unidade produtiva e espaço para a organização produtiva familiar e domiciliar e a *feira* como espaço para as práticas socioeconômicas e culturais desses atores sociais.

Consideramos que a prática das *feiras livres* como *costume* emblemático da região agrestina concorreu para a instituição e difusão do setor de roupas improvisadas que ficaram conhecidas como *sulanca*. Essa produção artesanal domiciliar feita pela família, provavelmente não teria sido instituída não fossem os recursos *costumeiros* agrestinos. Esses *costumes* possibilitaram o estabelecimento de *redes sociais* de *parentesco* e *amizades* em nível nacional, transformando simples *retalhos* descartados em *mercadoria* e conseqüentemente em complementação de renda do *sítio*. Essa nova atividade com *retalhos* e costura foi uma estratégia de sucesso para driblar as dificuldades causadas pelas estiagens possibilitando, assim, a *reprodução social* da família rural.

No entender de Thompson (1991, p. 18), esses ofícios que não têm um aprendizado formal, como a transmissão dessas técnicas particulares, são *transmissões de experiências sociais* ou da *sabedoria comum da coletividade*, “e a educação formal, esse motor da aceleração (e do distanciamento) cultural, ainda não se interpôs de forma significativa nesse processo de transmissão de geração para geração.” Conforme o autor, os *costumes* são *práticas* e *normas* que se *reproduzem* lentamente ao longo das *gerações* e as *tradições* se perpetuam pela *transmissão oral*.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ALVES DA SILVA, Sandra Roberta. **A juventude na Sulanca: os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do**

Norte, PE. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, PB.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste – contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** São Paulo: Cortez, 2005.

BARBALHO, Nelson. **País de Caruaru.** Recife: CEPED/FAFICA/Prefeitura Municipal de Caruaru, 1974.

BARBOSA DA SILVA, Romenyck Stiffen. **Fios, Nós, Redes e Malhas: A Feira de Santa Cruz do Capibaribe, PE.** Trabalho de Conclusão de Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

BEZERRA, Elaine Maurício. **O Trabalho a domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco.** 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2011.

BURNETT, Annahid. **A “SAGA” DA ALGAROBA – Ecologia política e escolhas tecnológicas no semiárido paraibano.** 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.

BURNETT, Annahid. **A “Saga” dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da *sulanca* no Agreste pernambucano.** Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, n.2, p.9040, jul./dez. 2013.

CAMPELLO, Glauce Maria da Costa. **A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe.** 1983. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

CONDÉ, José. **Terra de Caruaru.** Edição especial, revista, ampliada e editada por Walmiré Dimeron Porto: Caruaru, PE, 2011.

DUQUÉ, Ghislaine. **A agricultura familiar em áreas com risco de desertificação: o caso do Brasil semiárido.** In: MOREIRA, Emília (org.). Agricultura familiar e desertificação. Editora Universitária: João Pessoa, 2006.

FENELON, Dea Ribeiro. **Caráter e Natureza do Sistema Colonial Português: 50 Textos de História do Brasil.** Editora HUCITEC: São Paulo, 1974.

FERREIRA, Josué Euzébio. **Ocupação humana do Agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru.** Ideia: João Pessoa / Edições Fafica: Caruaru, 2001.

GARCIA Jr., Afrânio. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida: trabalho familiar dos pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. **Le Capital – Critique de L'Économie Politique**, Livre Premier, Le Développement de La production Capitaliste, Tome Premier: La Marchandise et La Monnaie; Tome deuxième: La Production de La Plus-Value Relative, Nouvelle Recherches Sur La Production de La Plus-Value et Tome troisième: L'Accumulation Du Capital, L'Accumulation Primitive, Le Procès d'ensemble de la Production Capitaliste. Traduction de Joseph Roy et entièrement révisée par l'auteur. Éditions Sociales: Paris, 1950.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

SALES, Teresa. **Agreste, Agrestes – Transformações recentes na agricultura nordestina.** Editora Paz e Terra / CEBRAP: São Paulo, 1982.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos.** São Paulo: Duas cidades, 1979.

SOUZA, Alana Moraes de. **“A gente trabalha onde a gente vive” – A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no Agreste das confecções.** 2012. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

THOMPSON, Paul. **The Voice of the Past: Oral History.** New York: Oxford University Press, 2000.

FONTES ORAIS (Nomes reais)

AZEVEDO, José Pedro de. **O “sul” não tem futuro não.** História oral concedida à Annahid Burnett em 17 de janeiro de 2013.

CUNHA, Maria Cristina da. **A gente se criou assim, nesse sacrifício.** História de vida concedida à Annahid Burnett em 6 de janeiro de 2013.